



# A EDUCAÇÃO E OS DESAFIOS DA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA: CONTRIBUTOS DA INVESTIGAÇÃO

**Carmen Cavaco, Fernando Albuquerque Costa,  
Joana Marques, Joana Viana, Rúben Marreiros,  
Ana Rita Faria, Nuno Dorotea**

(Organizadores)

# A EDUCAÇÃO E OS DESAFIOS DA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA: CONTRIBUTOS DA INVESTIGAÇÃO

Atas do XXIX Colóquio da AFIRSE Portugal  
Instituto de Educação da ULisboa  
9 a 11 de fevereiro de 2022  
Lisboa

## **Organizadores**

Carmen Cavaco, Fernando Albuquerque Costa, Joana Marques,  
Joana Viana, Rúben Marreiros, Ana Rita Faria, Nuno Dorotea

## **Design e paginação**

Ana Rita Faria

## **Data de publicação**

setembro de 2022

## **Edição**

© AFIRSE Portugal  
Instituto de Educação da Universidade do Lisboa  
Alameda da Universidade 1649-013 Lisboa  
Portugal

ISBN: 978-989-8272-43-0

# A EDUCAÇÃO E OS DESAFIOS DA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA: CONTRIBUTOS DA INVESTIGAÇÃO

Carmen Cavaco, Fernando Albuquerque Costa,  
Joana Marques, Joana Viana, Rúben Marreiros,  
Ana Rita Faria, Nuno Dorotea

**Organizadores**



## Conselho científico Conseil scientifique

Albano Cordeiro Estrela, ULisboa  
Ana Paula Caetano, ULisboa  
Ana Rita Faria, AFIRSE Portugal  
António Sampaio da Nóvoa, ULisboa  
Agnès van Zanten, CNRS, França  
Belmiro Gil Cabrito, ULisboa  
Carmen Cavaco, ULisboa  
Cecília Galvão, ULisboa  
Cynthia Fleury, CNAM, França  
David Rodrigues, ULisboa  
Estela Costa, ULisboa  
Fernando Albuquerque Costa, ULisboa  
Fernando Sabirón Sierra, AFIRSE | Universidad de Zaragoza, Espanha  
Florentin Azia, AFIRSE | Université Pédagogique Nationale, República Democrática do Congo  
Frédérique Lerbet-Sereni, AFIRSE | Université de Pau, França  
Gaspard Mbemba, AFIRSE | Université Marien Ngouabi, Congo  
Isabel Baptista, Univ. Católica Portuguesa  
Isabel Menezes, Universidade do Porto  
Ivana Ibiapina, AFIRSE | Universidade Federal do Piauí, Brasil  
Jean-Claude Sallaberry, AFIRSE | Université Bordeaux IV, França  
Jean-Pierre Pourtois, AFIRSE | Université de Mons, Bélgica  
Joana Marques, ULisboa  
Joana Viana, ULisboa  
João Barroso, ULisboa  
João Pedro da Ponte, ULisboa  
João Pinhal, ULisboa  
Jorge Ramos do Ó, ULisboa  
José Brites Ferreira, Instituto Polit. Leiria  
Lise Bessette, AFIRSE | Université du Québec à Montréal, Canadá  
Louis Marmoz, AFIRSE | Université de Versailles Saint Quentin-en-Yvelines, França  
Luís Miguel Carvalho, ULisboa  
Manuela Esteves, ULisboa  
Maria Ângela Rodrigues, ULisboa  
Maria do Carmo Vieira da Silva, Universidade Nova de Lisboa  
Maria João Cardona, Instituto Polit. Santarém

Maria Teresa Estrela, ULisboa  
Marilene Corrêa da Silva Freitas, AFIRSE | Universidade Federal do Amazonas, Brasil  
Nuno Dorotea, ULisboa  
Patricia Ducoing, AFIRSE | Universidad Nacional Autonoma de Mexico, México  
Patrícia Rosado Pinto, Univ. Nova de Lisboa  
Patrick Boumard, Université de Bretagne Occidentale, Brest, França  
Pedro Reis, ULisboa  
Pierre Fonkoua, AFIRSE | ICT University, República dos Camarões  
Rúben Marreiros, ULisboa  
Sofia Freire, ULisboa  
Teresa Seabra, ISCTE  
Véronique Attias-Delattre, AFIRSE | Université Gustave Eiffel, França  
Viriato Soromenho-Marques, ULisboa

## Comissão organizadora Comité d'organisation

Carmen Cavaco | AFIRSE Portugal | Instituto de Educação – ULisboa  
Fernando Albuquerque Costa | AFIRSE Portugal | Instituto de Educação – ULisboa  
Joana Marques | AFIRSE Portugal | Instituto de Educação – ULisboa  
Joana Viana | AFIRSE Portugal | Instituto de Educação – ULisboa  
João Pinhal | AFIRSE Portugal | Instituto de Educação – ULisboa  
Rúben Marreiros | AFIRSE Portugal | Instituto de Educação – ULisboa  
Nuno Dorotea | Instituto de Educação – ULisboa  
Ana Rita Faria | AFIRSE Portugal

## **A EDUCAÇÃO E OS DESAFIOS DA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA: CONTRIBUTOS DA INVESTIGAÇÃO**

A sociedade contemporânea confronta-se com uma crise civilizacional decorrente da conjugação, à escala planetária, de múltiplas crises – humanitária, pandémica, sanitária, ecológica, climática, demográfica, energética, alimentar, política, económica, social e cultural. Essas múltiplas crises, interdependentes, advêm, em grande medida, da globalização, da ocidentalização e do desenvolvimento. Nesse contexto, alicerçado num modelo de desenvolvimento hegemónico e globalizado, intensificam-se e ganham visibilidade problemas sociais complexos, tais como a diminuição da biodiversidade, a destruição do planeta através da poluição e do consumo excessivo dos recursos naturais, as guerras, a violência, a pobreza, as doenças, a degradação da vida quotidiana, as injustiças, as discriminações e as múltiplas desigualdades (socioeconómicas, educativas, de género, étnicas, de cor de pele, entre outras). A complexidade e a diversidade dos desafios podem ser compreendidas como oportunidades para a superação da arrogância do controle, da arrogância do saber e da arrogância do poder, no sentido de regastar e construir modos de pensar, de fazer e de viver sustentáveis, capazes de assegurarem a defesa da vida do planeta.

A educação não é condição suficiente para a transformação, contudo também não é possível transformar sem educar. Além dos problemas que suscitam, as crises também integram possibilidades de mudança, assim a transformação tem vindo a ocorrer paulatinamente, através de iniciativas contra-hegemónicas, centradas na tomada de consciência e na mobilização, veiculando a responsabilidade, a solidariedade, a crítica e a ética. Atendendo à amplitude e à complexidade dos desafios, a transformação requer mudanças, conjuntas e interdependentes, do ponto de vista institucional, social, económico, político, educativo e do pensamento. Face a tais desafios, quais as finalidades da educação? Que conhecimentos, capacidades, atitudes e valores são importantes na sociedade contemporânea? Qual o contributo das políticas públicas de educação? As práticas educativas podem promover o otimismo crítico, ativo, transformador e voluntarista? Que formação assegurar aos professores e educadores? Qual o contributo da investigação em educação para a produção de conhecimento científico sobre as políticas e as práticas educativas portadoras de inéditos viáveis?

## **L'ÉDUCATION ET LES ENJEUX DE LA SOCIÉTÉ CONTEMPORAINE: CONTRIBUTION DE LA RECHERCHE**

La société contemporaine connaît une crise civilisationnelle résultant de la combinaison, à l'échelle planétaire, de multiples crises – humanitaire, pandémique, sanitaire, écologique, climatique, démographique, énergétique, alimentaire, politique, économique, sociale et culturelle. Des crises multiples et interdépendantes qui découlent, en grande partie, de la mondialisation, de l'occidentalisation et du développement. Dans ce cadre, et à partir de ce modèle de développement hégémonique et mondialisé, les problèmes sociaux complexes s'intensifient et gagnent en visibilité. Des problèmes tels que le déclin de la biodiversité, la destruction de la planète par la pollution et la consommation excessive des ressources naturelles, les guerres et les violences qui mettent en exergue la pauvreté, les maladies, la dégradation de la vie quotidienne, les injustices, les discriminations et des inégalités multiples (socio-économiques, éducatives, de genre, ethniques, de couleur de peau, entre autres). La complexité et la diversité des défis peuvent être perçues comme des occasions uniques à saisir pour surmonter l'arrogance du contrôle, l'arrogance du savoir et l'arrogance du pouvoir, en vue de réparer et de bâtir des manières de penser, de faire et de vivre durables, en mesure d'assurer une défense de la vie sur la planète.

L'éducation n'est pas une condition de transformation suffisante. Toutefois, il n'est pas possible non plus de transformer sans éduquer. Outre les problèmes soulevés, ces crises offrent également des possibilités de changement. Ainsi, des transformations sont opérées graduellement, grâce à des initiatives contre-hégémoniques, centrées sur la sensibilisation et la mobilisation, porteuses de responsabilité, de solidarité, de critique et d'éthique. Face à l'ampleur et à la complexité des enjeux, toute transformation requiert des changements conjoints et interdépendants, dans un cadre institutionnel, social, économique, politique, éducatif et de pensée. Compte tenu de ces défis, quelles sont alors les finalités de l'éducation? Quelles sont les connaissances, compétences, attitudes et valeurs d'importance dans la société contemporaine? Quelle est la contribution des politiques publiques d'éducation? Les pratiques éducatives peuvent-elles promouvoir un optimisme critique, actif, transformateur et volontariste? Quelle formation assurer aux enseignants et éducateurs dans ce contexte? Quelle est la contribution de la recherche en éducation à la production de connaissances scientifiques sur les politiques et pratiques éducatives porteuses d'originalité et qui soient viables?

## ÍNDICE

<b>Simpósios   Symposiums</b> .....	<b>6</b>
<i>Percepções e experiências de docentes e estudantes do Ensino Superior em tempos de pandemia</i> .....	<b>7</b>
Experiências “trans” formativas no ensino superior em tempos de pandemia.....	<b>7</b>
Aprendizagens e realizações na escola e universidade: inclusão escolar e docência em tempos pandêmicos .....	<b>16</b>
<i>Ser adulto idoso em formação na contemporaneidade - as expressões artísticas como um desafio ao autoconhecimento e ao reconhecimento pessoal e social</i> .....	<b>22</b>
Ser adulto idoso em formação na contemporaneidade – as expressões artísticas como um desafio ao autoconhecimento e ao reconhecimento pessoal e social .....	<b>22</b>
<i>Singularidades da administração da educação e da autonomia da escola pública em Portugal e no Brasil: as vozes dos/as alunos/as na gestão escolar, práticas e desafios</i> .....	<b>31</b>
Gestão escolar e democracia: a participação da comunidade educativa e as vozes dos/as alunos/as na administração de um agrupamento de escolas.....	<b>31</b>
<b>Ateliês   Atelier</b> .....	<b>42</b>
Análise de perspetivas e práticas de docentes acerca do recurso ao jogo no(s) espaço(s) de aprendizagem escolar .....	<b>43</b>
Inteligência emocional e competências socioemocionais na educação superior: um diálogo possível? .....	<b>51</b>
Os desafios do ensino remoto em disciplinas teórico-práticas: a experiência do ensino da alfaiataria artesanal.....	<b>60</b>
Enegrecer a educação da cidade de São Paulo – Brasil .....	<b>69</b>
A pandemia da desinformação - um combate a partir do desenvolvimento explícito do pensamento crítico na disciplina de filosofia no ensino secundário.....	<b>79</b>
Ensino remoto emergencial: inseguranças e convicções no uso das tecnologias digitais para a formação de professores .....	<b>92</b>
Projeto de iniciação científica e tecnológica EAD (PICT): o processo de formação para a pesquisa no ensino superior à distância .....	<b>110</b>
O reinventar-se no ensino remoto: uma análise da EEMTI Gov. Luiz de Gonzaga Fonseca Mota .....	<b>118</b>
Aldeia de Pereira, Mirandela-Portugal: pioneira de educação de infância em Portugal.....	<b>126</b>
Abrindo janelas para o conhecimento: o atuar docente no contexto da pandemia.....	<b>134</b>
Intervenção precoce na infância, ser e estar entre crianças e adultos: o ponto de vista das famílias .....	<b>137</b>
La práctica socioeducativa de los gabinetes de mediación de conflictos .....	<b>147</b>
O desafio da transformação digital nas escolas: dimensões e indicadores de análise.....	<b>154</b>

A formação de professores na contemporaneidade.....	167
A utilização de smartphones como ferramenta educativa na educação superior .....	175
A educação como caleidoscópio ou consequências inconsequentes .....	183
Práticas pedagógicas em EJA em interface com o trabalho .....	189
A participação dos alunos na escola: um desafio à qualidade da educação .....	198
Trabalho colaborativo: uma experiência desenvolvida no estágio pedagógico da formação de professores.....	206
Os impasses da educação do século XXI e o debate da educação domiciliar no Brasil .....	214
Textos de protestos: uma análise das manifestações de rua.....	224
Direitos humanos na escola: práticas pedagógicas nos anos iniciais do ensino fundamental em tempos pandêmicos.....	236
A extensão como espaço tempo formativo: circularidades na escola e os desafios em meio à pandemia da COVID-19 .....	244
Educação do campo e relações étnico-raciais: a representação imagética dos camponeses, negros e indígenas em imagens nos livros didáticos da coleção Buriti Mais .....	251
Aprender para ensinar: as licenciaturas e seu potencial formador .....	262
Trajetórias de vida de professores de educação física iniciantes: trajetórias de inserção profissional singulares? .....	271
Uma proposta de formação em serviço de professores em interculturalidade para acompanhar estudantes imigrantes.....	280
Tempos pandêmicos: reflexões sobre o processo avaliativo em contextos de ensino remoto emergencial em instituição de ensino superior no Brasil.....	288
Mulheres latino-americanas migrantes na Alemanha: formação experiencial e transformação identitária.....	296
Racionalismo, experimentação e afetividade - uma conversa entre Ferrer y Guardia, Lacerda de Moura e Félix Guattari .....	301
As competências do século XXI e as tecnologias na formação inicial de professores: scoping literature review .....	311
Politiques mises en œuvre au Mexique pour l'inclusion des technologies de l'information et de la communication dans l'éducation .....	321
A educação à distância em contexto de pandemia: a perspectiva dos estudantes universitários	335
Desenvolvimento curricular das didáticas de formação inicial -perspectivas dos estudantes de educação de infância.....	341
A privação de liberdade em tempos líquidos: uma análise sobre a efetivação da educação em face do inédito-viável.....	352
As situações-limites em tempos líquidos: uma abordagem jurídico-educacional da educação inclusiva.....	354



Conceções dos educadores/professores sobre a operacionalização da abordagem multinível em tempos de pandemia .....	<b>356</b>
L'éducation à distance comme méthode d'inclusion des étudiants handicapés au Mexico .....	<b>367</b>
Matériel pédagogique digital pour l'enseignement obligatoire au Mexique: aprende en casa....	<b>377</b>
Diplômes de l'Université Nationale Autonome du Mexique. Innovations et actions entreprises en période de pandémie .....	<b>389</b>
Taux d'obtention de diplômes dans huit programmes de premier cycle à l'Université Nationale Autonome du Mexique. Une comparaison avant et pendant la pandémie.....	<b>399</b>
O trabalho da inclusão escolar no ensino fundamental: contribuições para a formação continuada do pedagogo .....	<b>410</b>
O presentismo e o adoecimento docente em tempos de pandemia.....	<b>420</b>
Experimentando cinema num lugar-escola: a partir de fragmentos (de filmes) de Brasil e China em transformação.....	<b>430</b>
Avaliação do nível de proficiência digital dos professores dos Institutos Federais do Estado do Maranhão .....	<b>438</b>
Análise das competências digitais dos professores da Universidade Federal do Tocantins – Câmpus Palmas .....	<b>461</b>
A análise de necessidades de formação continua dos profissionais da saúde .....	<b>470</b>
A avaliação da formação no ciclo da gestão da formação profissional nos hospitais.....	<b>479</b>
Transferencia de aprendizajes entre colegio y el espacio formativo no formal del fútbol escolar	<b>487</b>
Escalando utopias na educação musical: potenciar o envolvimento parental para melhorar as competências dos alunos .....	<b>498</b>
Adoecimento e as condições de trabalho docente na educação superior no Brasil .....	<b>509</b>
A necessidade de articulação entre os atores intervenientes na inclusão: um desafio para a escola contemporânea.....	<b>516</b>
Percursos de identidade do professor em início de carreira em Cabinda, Angola: um contributo para actualização dos currículos de formação.....	<b>522</b>
A educação e a formação de adultos: os centros-social e de convívio e os modos de produção do conhecimento .....	<b>535</b>
A avaliação no estágio pedagógico: contributo para a formação integral do aluno .....	<b>544</b>
Política de formação contínua de professores do ensino primário em Angola (2001-2020) .....	<b>552</b>
Compreender as políticas educativas à luz do atual projeto de globalização .....	<b>563</b>
A meta narrativa dos direitos humanos e a educação inclusiva como direito humano no quadro de uma globalização excludente .....	<b>572</b>
Escrita inventada e mediação pedagógica: a apropriação da escrita por crianças de 6 anos ...	<b>580</b>
O fazer-se docente no século XXI - capacitação continuada para metodologias ativas.....	<b>587</b>

---

O ensino de ciências em interfaces com os diferentes saberes na construção da formação escolar dialógica e multidimensional .....	594
Política de imigração: análise de documentos da união europeia para acolhimento, integração e inclusão .....	604
International computer and information literacy study (icils): avaliação do conhecimento de tecnologia da informação e comunicação de alunos e professores .....	612
Referencial de formação pedagógica de formadores em conteúdos digitais para autoaprendizagem: um estudo de caso em contexto de formação profissional.....	620
O direito à educação no Brasil e ações de assistência estudantil do IfRN como forma de mitigar os efeitos da pandemia de COVID-19 .....	636
Representações & práticas da alternância na formação de educadores do campo: a licenciatura em educação do campo da Universidade Federal de Viçosa em foco .....	644
A licenciatura em educação do campo da Universidade Federal de Viçosa em foco: antecedentes históricos, projeto pedagógico & proposta da formação por alternância do curso.....	654
Programa Alfabetizar Com Sucesso (pas): limites/contribuições do eixo pedagógico para o ensino da alfabetização, sob a perspectiva das professoras alfabetizadoras.....	664
COVID-19 no Amazonas e a vulnerabilidade na saúde e educação indígena .....	672
Competências digitais dos alunos em contexto escolar: o que diz a investigação? .....	677
A vulnerabilidade acrescida em saúde comunitária .....	692
Discutindo práticas de orientação docente na educação a distância: relatos de experiência em contextos de instituições de ensino superior no Brasil .....	698
Currículo e a formação na Academia Estadual de Segurança Pública – AESP .....	706
(Re)união de professores: o compartilhamento narrativo de práticas pedagógicas como ação coletiva de formação continuada .....	715
Tipos de bullying mais frequentes no contexto desportivo: uma revisão da literatura .....	723
Reconstruyendo la acción tutorial del maestro en tiempos de incertidumbre: hacia un modelo analítico desde el cuidado .....	731
Crítica à implementação da nova política de educação especial do Brasil: em plena pandemia!	738
Práticas pedagógicas na educação infantil: entre o “ter” tempo e o “ser” .....	743
Qual o lugar das TIC na formação inicial de professores portugueses? .....	752

## POLÍTICA DE IMIGRAÇÃO: ANÁLISE DE DOCUMENTOS DA UNIÃO EUROPEIA PARA ACOLHIMENTO, INTEGRAÇÃO E INCLUSÃO

**Maria-dos-Remédios RODRIGUES**  
Doutoranda na Universidade de Sevilla-US  
[mariariques@gmail.com](mailto:mariariques@gmail.com)

**José González-MONTEAGUDO**  
Professor na Universidade de Sevilla-US  
[monteagu@us.es](mailto:monteagu@us.es)

**Resumo:** A partir de um olhar humanitário, este artigo objetiva analisar documentos da União Europeia para acolhimento, integração e inclusão de pessoas migrantes em seus territórios. A escolha dos documentos se deu em função da atualidade de suas publicações: Global Compact for Safe, Orderly and Regular Immigration (2018) e o Action Plan on Integration and Inclusion 2021-2027 (2020). Realizamos uma pesquisa qualitativa documental, que possui em essência a possibilidade de problematização e compreensão das múltiplas faces que configuram a complexidade e dinamicidade dos fenômenos sociais, desde a perspectiva pós-estruturalista considerando a migração como direito humano. O Global Compact for Safe, Orderly and Regular Immigration veio para servir como norteador para as ações dos países que aderirem e apresenta medidas a serem tomadas. Entre elas encontra-se ações para controlar a imigração irregular, combater o tráfico de pessoas. Em consonância, o Action Plan on Integration and Inclusion 2021-2027 se estrutura com nova roupagem ao centrar-se em aspectos essenciais à vida como uma sociedade de acolhimento estruturada pela educação e a formação, o emprego e as competências, a saúde e a habitação. Após a análise dos documentos, ficam os questionamentos: Mas serão esses dispositivos parte da solução para a crise migratória? Quais possíveis impactos na vida cotidiana do migrante? A aplicabilidade dos dispositivos se concretiza ou se torna apenas mais um documento instalado no campo teórico e no campo do discurso? Identificamos que ambos se fundamentam num projeto de acolhimento, integração e inclusão, no entanto esquivam-se por meio de silenciamentos em questões essenciais para aquelas pessoas migrantes que necessitam de atendimento diferenciado com ações mais humanizadas ao fenômeno para receber quem chega à União Europeia. O que pode denotar um comportamento ainda colonial que se distancia de um projeto migratório que visa essencialmente o acolhimento, a integração e a inclusão.

**Palavras-chave:** Política de imigração. Documentos para integração e inclusão. Direitos humanos.

### INTRODUÇÃO

As pessoas sempre se movimentaram de um lugar para outro e esse deslocamento provoca alterações na vida em sociedade ao entrar em contato com novas culturas, línguas e comportamentos. De repente se fala e se ouve uma nova língua, de repente se veste e se vê pessoas vestidas com outros estilos, de repente se observa novos comportamentos, de repente o clima muda, de repente a comida é outra. Isso sem falar na questão afetiva, nos motivos pelos quais as pessoas migram. Esse panorama é um pouco da experiência vivenciada pelas pessoas migrantes.

A viagem feita por pessoas que saem de seus países e tentam recomeçar a vida em outro país, normalmente é marcada por distintas trajetórias, por isso pode-se dizer que entre as pessoas migrantes há diferentes perfis. Existe aquele mochileiro que decide viver uma aventura, o intelectual que decide estudar fora (Matos-de-Souza, *et al*, (2021), mas existem aquelas pessoas que buscam uma solução para viver.

Este estudo está voltado para esse tipo de pessoas, que saíram por motivo de desastres naturais, guerras frias, questões sociais, econômicas e/ou culturais, violência (Oso e Ribas-Mateos, 2012; ONU, 2019). E, geralmente, percorrem um árduo caminho marcado pela fome, frio, dor, insegurança e medo. Portanto,

sofrem ofensas morais e sentem pânico moral (Bauman, 2018), até chegarem ao seu local de destino, quando chegam, pois pelo caminho se deparam com muros em vez de pontes.

No caso das pessoas migrantes que foram forçadas a se deslocarem, sair de casa não fazia parte de seus planos. Geralmente esse hiato é esquecido ou narrado de forma superficial. Então, existe uma linha tênue entre o momento da saída de casa e a chegada no país de destino. Por isso não seria imprudente perguntar: a que horas elas chegam?

Neste reto, de acordo com o Glossário do Instituto Migrações e Direitos Humanos “Imigrante é o indivíduo que, deslocando-se de onde residia, ingressou em outra região, cidade ou país diferente do de sua nacionalidade, ali estabelecendo sua residência habitual, em definitivo ou por período relativamente longo” (IMDH, 2014, s/p).

Avalia-se como fundamental, também conceituar a tríade acolhimento, integração e inclusão para melhor compreensão de suas dimensões e principalmente sobre o que estamos tratando aqui. Por acolhimento entende-se ato ou efeito de acolher, recepção. Atenção, consideração. Refúgio, abrigo. Agasalho. Dar crédito a; dar ouvidos a. Admitir, aceitar. Tomar em consideração, Agasalhar-se, hospedar-se. Abrigar-se; Recolher-se (Ferreira, 2004, p. 27). Em Derrida & Dufourmantelle (2003), quando a hospitalidade é solicitada em outra língua, já se pode considerar violência, isso significa que o real conceito de hospitalidade fica à distância da materialização.

Para a Organização Internacional para as Migrações, integração é: Um processo de adaptação mútua entre os migrantes e as sociedades em que eles vivem, através do qual os migrantes e as sociedades em que vivem, em que os migrantes são incorporados às sociedades sociais, econômicas, culturais e vida social, econômica, cultural e política da comunidade receptora. Isto implica uma série de responsabilidades conjuntas para os migrantes e comunidades, e inclui noções relacionadas, tais como inclusão e coesão social (OIM, 2019, p. 111).

Portanto, a integração não acontece se a vontade política for somente de uma parte, é preciso que ambas atuem de forma coletiva para ela funcionar. Isso implica que as pessoas migrantes e a sociedade como um todo cumpra o seu papel integrador.

Já a Inclusão é vista como “O processo de melhorar a capacidade, as oportunidades e a dignidade das pessoas que estão em desvantagem devido à sua identidade, para participar da sociedade” (OIM, 2019, p. 107). A migração em si, pode ser considerada uma desvantagem, pois não é simples mudar a sua vida de uma hora para outra e por muitas vezes em condições desumanas.

Nos três conceitos, nota-se a importância da ação humana para com seus semelhantes. A representatividade do significado dessa tríade é ampla e substancial. Perpassam os sentidos e transitam na linha da subjetividade, nada mais humano.

Considerando as questões acima, este estudo objetiva analisar o que dizem os documentos Global Compact for Safe, Orderly and Regular Immigration (ONU, 2018) e Action Plan on Integration and Inclusion 2021-2027 (CE, 2020) a respeito de acolhimento, integração e inclusão dessas pessoas para entender como acontece o processo de receber quem chega, considerando a migração como um direito humano.

Atualmente, no mundo, 281 milhões de pessoas vivem fora de seu país de nascimento ou de sua cidadania (UNDESA, 2020), e somente no continente europeu essa marca chega a 21,8 milhões (EUROSTAT,

2021). Quantidade que justifica a necessidade de elaboração de políticas de migração específicas e estruturadas. Isso sem falar na deseceleração da migração em virtude da pandemia da COVID19.

## CAMINHOS TRILHADOS

O método escolhido trata-se da análise documental que se caracteriza como uma fonte de coleta de dados restrita a documentos, escritos ou não, considerados fontes primárias. Estas podem ser feitas no momento do acontecimento do fato ou fenômeno, ou posteriormente (Lakatos & Marconi, 1991; Hernández Sampieri *et al.*, 2014).

Esse estudo foi produzido pela necessidade de compreender de onde partir para se começar um trabalho de pesquisa sob a tríade acolhimento-integração-inclusão de pessoas migrantes. Começamos com o levantamento do que já havia sido escrito na área e a etapa seguinte foi de estudo dos documentos da política de migração da União Europeia (UE), pois que o trabalho se realiza em uma universidade da Espanha, num exercício crítico de leitura, buscando lançar um olhar humanitário a mobilidade.

Nessa busca, selecionamos o Global Compact for Safe, Orderly and Regular Immigration e o Action Plan on Integration and Inclusion 2021-2027. O campo de estudo foi assim delimitado, tendo em vista a atualidade de suas publicações. E, por assim ser, acredita-se que se aproxima, ainda que de forma insuficiente, às demandas da contemporaneidade.

A partir do exposto, confrontamos o material encontrado com as tradições teóricas do território das migrações (Bastia & Skeldon, 2020; Cavalcanti *et al.*, 2017); nos licenciemos, como investigadores da área, a perceber as nuances da temática nos documentos, e adotamos a performance de sermos *bricoleurs* (Kincheloe & Berry, 2007).

## A MIGRAÇÃO X DIREITO HUMANO: UMA LEITURA DOS MARCOS NORMATIVOS EUROPEUS

Como etapa de uma investigação mais profunda e em desenvolvimento, nos debruçamos sobre os documentos orientadores do processo de acolhimento, integração e inclusão para pessoas migrantes elaborado pela U.E., a procura de algo, efetivo, não necessariamente o aspecto legal do fenômeno abordado tal como vem sendo elaborado nas Ciências Sociais, mas uma alusão direta ao direito humano. Por isso, serão apresentados os dois documentos que sustentam esse artigo.

O primeiro documento que nos detivemos foi o Global Compact for Safe, Orderly and Regular Immigration que representa um compromisso internacional firmado em Conferência Intergovernamental em dezembro de 2018 em Marrocos, endossado pela Assembléia Geral da ONU e ratificado por 164 países filiados à Organização. É baseado nos princípios da Carta das Nações Unidas, na Declaração Universal dos Direitos Humanos, entre outros pactos, tratados, fóruns, declarações e convenções. Todavia, o fenômeno migração internacional não se encaixa em um tema recente (Bauman, 2018) e sim em construções coletivas dialogadas em distintos momentos da história humana e registrado em diferentes documentos.

Representa importante marco regulatório no que se refere ao gerenciamento da migração internacional com enfoque multilateral (ACNUR, 2018), ou seja, um pacto plural de cooperação entre diferentes nações em que os Estados não conduzem o processo de forma isolada. Nas palavras do Pacto: O objetivo é fomentar a cooperação internacional sobre migração entre todos os atores relevantes, reconhecendo que nenhum Estado

pode abordar a migração sozinho e respeitar a soberania dos Estados e suas obrigações em virtude do direito internacional (CE, 2018).

O Pacto trata de acordo multilateral de natureza não vinculativa, em que seu conteúdo não consta imposição de obrigações aos Estados Signatários que aderirem, mas alcança a motivação comum de conceder tratamento humanitário aos fluxos migratórios. Então, a assinatura em si do documento pelos países demonstra a intenção dos Estados-membros de comungarem seus objetivos principais. Para além dessa questão formal, vale destacar que as relações internacionais são pautadas por costumes, tradições e princípios de Estados-Nações que se reúnem em torno de premissas que lhe são comuns, a migração é uma delas.

Ressalta-se que cada Estado-Nação planeja e organiza seu plano de ação, com adaptações e adequações às suas condições, especificando medidas governamentais, tendo como parâmetro o Pacto. Nessa perspectiva, pode ser uma oportunidade única para sistematizar a política migratória de cada país.

Uma informação relevante é que uma das unidades de propósito do Pacto é os direitos humanos com intuito de garantir às pessoas migrantes, independentemente de seu status migratório, respeito e proteção.

O Pacto é composto por 23 objetivos para a migração segura, ordenada e regular, e em cada um deles está discriminado o programa de ações que devem ser colocadas em prática para cumprí-los. Durante a análise do documento foi possível constatar a conexão entre os objetivos, nos quais a tríade acolhimento, integração e inclusão aparece por meio do uso dos termos inclusão e coesão social.

Por questões de espaço, não é possível tratar de cada objetivo, então selecionamos o 16 por destacar a díade inclusão e coesão social, e, tratar diretamente das necessidades básicas do indivíduo migrante e da sociedade. Nomeado “Empoderar os migrantes e as sociedades para alcançar a plena inclusão e coesão social” trata do empoderamento dos migrantes e do fomento em relação à inclusão e a coesão das sociedades para que os migrantes se tornem pessoas interativas nas comunidades, sem esquecer de exercer seus direitos e deveres para favorecer um clima de bem-estar (Pacto, 2018). Esse objetivo desenha o comportamento esperado dos distintos atores e atrizes envolvidos no fenômeno na busca pela vida mais segura, ordenada e regular, sem fazer distinção entre migrantes.

Para cumprir o objetivo 16 as ações estipuladas estão marcadas por diferentes questões, entre elas cita-se a questão de gênero, ponto assertivo do Pacto que busca compreender a interseccionalidade (Collins, 2017; Crenshaw, 2019), sendo a migração uma delas, algo diferenciado que reconhece as demandas da realidade e percebe a sobreposição de vulnerabilidades, tendo em vista que 117 milhões de mulheres no mundo são migrantes.

Percebe-se também que há uma preocupação em se obter dados a respeito da migração que sejam fidedignos e úteis para a elaboração de políticas migratórias baseadas em evidências, incluindo a tecnologia, além de disseminar informações em diversos espaços. Isso inclui as rotas migratórias com o intuito de que tenham acesso aos seus direitos para usufruí-los antes de chegarem ao seu local de destino. Neste aspecto pode-se citar a questão documental, o trabalho e o acesso aos serviços básicos, pois somente essas pessoas sabem o que é deixar sua terra e lutar para recomeçar a vida em outro país.

Nessa perspectiva, a ideia é amenizar a vulnerabilidade dessas pessoas por meio de programas de integração em que a cultura, a língua, a arte tanto dos migrantes como da comunidade de acolhimento, sejam elo de ligação e não obstáculos entre as pessoas.

A aplicação do Pacto encontra-se atrelada a efetiva prática dos envolvidos tanto a nível mundial, regional, nacional quanto local. Em outras palavras, para o Pacto se materializar todos devem cumprir o seu papel de acordo com suas condições (ACNUR, 2018). Caso contrário, se tornará apenas mais um documento elaborado no campo das ideias humanas, sem repercussão na vida dos seres humanos.

O outro documento que nos detivemos foi o Action Plan on Integration and Inclusion 2021-2027 que se estrutura com nova roupagem ao centrar-se em aspectos essenciais à vida de qualquer pessoa, especialmente na condição de migrante, como uma sociedade de acolhimento estruturada pela educação e a formação, o emprego e as competências, a saúde e a habitação.

No que concerne ao uso dos termos acolhimento, integração e inclusão constata-se a presença deste em seu próprio nome até seu último objetivo. Neste contexto, emerge a importância do Action Plan on Integration and Inclusion 2021-2027, pois a tríade acolhimento, integração e inclusão permeia todo o Plano que se encontra organizado em 5 objetivos macros que se subdividem em objetivos micro, todos conectados e amparados por um programa de ações com seus devidos responsáveis, assim como no Pacto.

Para o Plano, a integração e a inclusão das pessoas migrantes por parte de toda comunidade, pode ser considerada como poder dado aos que se encontram em condição de desvantagem e assim possam não só participar da sociedade, mas participar efetivamente, pleiteando mudanças. Dessa maneira, entra em consonância com a Declaração dos Direitos Humanos (1948) e outros documentos de porte semelhante.

A integração e a inclusão são vistas como processo que depende das duas partes, ou seja, de quem acolhe e de quem é acolhido, em que todos devem fazer esforços para se integrarem, mobilizando os migrantes, as comunidades de acolhimento, os parceiros sociais e econômicos, a sociedade civil, as autoridades locais e regionais e o setor privado.

A UE tem seu papel definido no processo, que é o de apoiar os Estados-Membros e autoridades locais e regionais, uma delas é financiar por meio do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional. Outra é elaborando orientações e instrumentos práticos, mas são os Estados-Membros os principais responsáveis pela execução da política social de integração e inclusão.

Para a elaboração deste novo plano, a Comissão Europeia baseia-se em dados recolhidos numa série de investigações e estudos recentes realizados pela própria Comissão neste tema, como o Eurobarómetro sobre a integração de 2018 e em relatórios do Centro de Conhecimentos das Migrações e Demografia.

O Action Plan on Integration and Inclusion 2021-2027 contempla a questão de género. A mulher aparece, de um lado, em destaque no sentido de considerar sua vulnerabilidade, pois entende que ser mulher migrante é uma desvantagem quando comparada aos homens migrantes, enfrentando obstáculos adicionais à integração. Portanto, coloca a mulher migrante na interseccionalidade (Akotirene, 2019; Crenshaw, 1989) e por tal, necessita de atendimento direcionado às suas necessidades específicas. Por outro lado, apresenta a mulher como aquela que, geralmente, vem acompanhar o marido. A análise desse fenómeno foi historicamente retirada das Ciências Sociais reduzindo o papel da mulher a acompanhante em vez de colocá-la como parte integrante do movimento migratório (Courtis & Pacecca, 2010), deixando seu protagonismo de fora.

O Plano aborda também a importância de se pensar e executar ações para o público migrante LGBTIQ, origem racial ou étnica, religião ou crença, deficiência e crianças. A essas questões, o plano denomina de transversais e busca atender a necessidade dos diferentes grupos, o que indica que políticas gerais também devem ser adaptadas e transformadas a fim de apoiar a diversidade.

O Plano, assim como o Pacto, traz orientações/ações em todas as fases da migração, ou seja, desde o momento de saída das pessoas migrantes do seu território à chegada e permanência no país de acolhimento.

Como vimos até aqui, ambos são similares tanto nas colocações, palavras, conceitos e até mesmo na estrutura da escrita. Destacam a importância da coesão, da inclusão e da integração social como subsídio para o acolhimento das pessoas migrantes, delimitam compromissos, ações e o papel de cada um no processo.

Entretanto, se olharmos por outro ângulo, o que se pode perceber é que discursivamente essas pessoas aparecem representando aquelas que provocam desordem e desestabilidade no país que chegam, além de colocarem em risco os serviços públicos, como educação, saúde e segurança social (Gallegos, 2018).

O próprio nome do Pacto retrata esse olhar discriminatório com o discurso propagado pela Organização Internacional para as Migrações de que a migração segura, regular e ordenada significa benefício a todos (Venturas, 2014; Pécut, 2017). Sabe-se que a maioria das pessoas que migram não possuem condições de se encaixarem em determinados critérios estabelecidos para entrada e/ou permanência em um país. A falta de um simples documento de identidade já pode se transformar em uma enorme barreira, pois há pessoas migrantes que saem de suas casas apenas com a roupa do corpo.

Em Glück & Setha (2017) falar de segurança sem levar em conta a conjuntura do marco socioespacial vivenciada por essas pessoas chega a ser desumano. Sobre esse aspecto, Gallegos (2018, p. 13) adverte que as medidas adotadas estão sendo “utilizadas mais para controle e segurança nacional, e menos para ajudar os migrantes a defender os seus direitos”. O que se vê é a nova fase do neoliberalismo com um agravante, disfarçado de rosto humano, e o retorno do darwinismo social com outra cara que são os algoritmos, os sistemas de perfis demográficos.

O uso das tecnologias para mapear perfis, entradas e saídas das pessoas migrantes, dados estes utilizados para a produção desses documentos, vem se transformando em espaço para a manifestação do ódio por parte da sociedade civil, e recusa aos migrantes pobres por parte dos Estados. Se pode ainda acrescentar a questão racial, religiosa. Em resumo, essas ações vêm se transformando em controle e não em acolhimento, integração e inclusão, pois acontece uma seleção daquelas pessoas migrantes que podem entrar e permanecer no país.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A existência da elaboração e execução de políticas migratórias por parte da U.E. é notória. Este artigo tratou de duas delas, partindo da premissa do elemento contemporâneo por meio de publicações atualizadas, pois acreditava-se que os demais documentos, de certa forma, estão obsoletos, portanto, não contemplam a demanda da mobilidade de forma ampla.

A elaboração e a execução de política migratória que atenda as particularidades das pessoas migrantes do grupo aqui defendido, exige um olhar mais humano, cuidadoso, visto que se trata de um grupo com carência de acolhimento específico, em que podem precisar, por exemplo, da não exigência de documentos para entrar no país, porque saiu de casa às escondidas ou fugindo de desastres naturais. Esses documentos precisam ser pensados para essas pessoas.

Pode-se apontar aqui alguns caminhos que se entende possíveis para começar a compreender o problema. Primeiramente, é preciso reconhecer que as pessoas migrantes possuem origens diferenciadas, por origens entendemos alinhado com o debate apresentado ao longo desse texto e que informa haver motivos



diferenciados para sair do seu país, o que impacta diretamente na forma como sai e conseqüentemente como deve ser recebido. Esse grupo precisa ser visto como aqueles que precisam de maior atenção, pois não são representados por aquela imagem de passaporte em mãos e dinheiro no bolso.

O acolhimento encontra-se no espectro da subjetividade tanto das pessoas quanto das políticas migratórias, por isso deve ser considerado como elemento chave no combate a xenofobia, o racismo e a aporofobia para que a necropolítica migratória não se instale. Caso contrário, vamos presenciar um comportamento ainda colonial que constitui o sujeito como o Outro e espera dele a ocultação de sua cultura, valores, histórias, ao ponto de se vestirem de máscara branca para se proteger (Fanon, 2008; Spivak, 1990), o que se distancia de um projeto migratório que vise essencialmente a integração e a inclusão. A abordagem dessas temáticas devem ser voltadas para superar os riscos das perspectivas neocolonialistas.

O Pacto tem 4 anos de sua elaboração e o Action Plan tem apenas 2 anos, considerado tempo insuficiente para fazer uma análise de efetividade. Pode-se dizer que ambos atendem, em teoria, as necessidades básicas de certas pessoas migrantes e, dessa forma, se mostram em consonância com as discussões sobre os direitos humanos. Também que, esses dispositivos podem fazer parte da solução para a crise migratória, mas seus possíveis impactos na vida cotidiana do migrante, poderão ser constatados posteriormente, e que assim, não se configure apenas como mais um documento instalado no campo teórico e no campo do discurso. Importante destacar que, as mesmas políticas migratórias que defendem os direitos humanos, são também as que os excluem por meio de seus silenciamentos.

## REFERÊNCIAS

- Akotirene, C. Interseccionalidade. São Paulo, SP: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.
- Assembleia Geral da ONU. (1948). "Declaração Universal dos Direitos Humanos" (217 [III] A). Paris. de <http://www.un.org/en/universal-declaration-human-rights/>
- Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), (2018). Pacto mundial sobre refugiados guia rápida del ACNUR. <https://www.acnur.org/5bbe32564.pdf>
- Bauman, Z. (2018). *Extranhos em nossa porta*. São Paulo: Sahar.
- Bastia, T., & Skeldon, R. (Eds). (2020). *Routledge handbook of migration and development*. Routledge.
- Cavalcanti, L., Botega, T., Tonhati, T., & Araújo, D. (Orgs.). (2017). *Dicionário crítico de migrações internacionais*. Editora da UnB.
- Collins, P. H. (2017). Si se pierde en la traducción: feminismo negro, interseccionalidad y política emancipadora. *Parrafo*, v. 5, n.1, p. 6-17. <http://revistaseletronicas.fiamfaam.br/index.php/recicofi/article/view/559>
- Courtis, C. & Pacecca, M. I. (2010). Género y trayectoria migratoria: mujeres migrantes y trabajo doméstico en el Área Metropolitana de Buenos Aires. *Pap. poblac* [online], 16(63), 155-185. ISSN 2448-7147
- Crenshaw, K. (1989). Demarginalizing the intersection of race and sex: a black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics. *The University of Chicago Legal Forum*, n°. 140, p. 139-167.
- Crenshaw, K. (2019). 3. Desmarginalizando a intersecção entre raça e sexo: uma crítica feminista negra da doutrina da antidiscriminação, da teoria feminista e da política antirracista. In: Baptista M M, Castro F de (Org.). *Género y rendimiento: textos esenciales* (2, 53-94). FCT.

- Derrida, JacJ., & Dufourmantelle, A. (2003). *Da hospitalidade*. Escuta.
- European Commission (2020). Action Plan on Integration and Inclusion 2021-2027.
- Eurostat, Statistics Explained, (2021). Archive: Estatísticas da migração e da população migrante. ([migr\\_pop1ctz](#))
- Fanon, F. (2008). *Pele negra, máscaras brancas*. Tradução Renato da Silveira; prefácio de Lewis, R. G. EDUFBA CEAO.
- Ferreira, A. B.H., (2004). Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa. 6. Ed. Rio de Janeiro. Nova Fronteira.
- Gallegos, J. R. (2018). De la era de la migración al siglo de la seguridad: el surgimiento de “políticas de control con rostro (in)humano. URVIO, Revista Latinoamericana de Estudios de Seguridad No. 23 - Quito, pp. 10-28 - © RELASEDOR y FLACSO Sede Ecuador ISSN 1390-4299 (en línea) DOI: <http://dx.doi.org/10.17141/urvio.23.2018.3745>
- Glück, Zoltán, y Setha Low. 2017. “A sociospatial framework for the anthropology of security”. *Anthropological Theory* 17 (3):281-296.
- Instituto Migrações e Direitos Humanos (IMDH, 2014). Glossário. <https://www.migrante.org.br/imdh/glossario/>
- Hernández Sampieri, R. et al. (2014). *Metodología de la investigación*. (6. ed.). McGraw-Hill
- Kincheloe, J. L., & Berry, K. S. (2007). *Pesquisa em educação: Conceituando a bricolagem*. Artmed.
- Lakatos EM, Marconi MA. (1991). Técnicas de pesquisa. In: Lakatos EM, Marconi MA. Fundamentos de Metodologia Científica. 3a ed. Atlas.
- Matos-de-Souza, R., Lazarini, T, González-Monteagudo, J., & Barroso-Tristán, J. M. (2021). Migração e educação: Um estudo sobre a invisibilização do migrante nas políticas educacionais brasileiras e distrital. *Arquivos Analíticos de Políticas Educativas*, 29(24). <https://doi.org/10.14507/epaa.29.5540>
- Organização Internacional para as Migrações (OIM). (2019). *Glossário sobre Migrações*. <https://publications.iom.int/system/files/pdf/iml-34-glossary-es.pdf>
- Organização das Nações Unidas (ONU). (2018). Global Compact for Safe, Orderly and Migração Segura, Ordenada e Regular. ONU. <https://news.un.org/pt/story/2018/12/1652601>
- Oso, L., Ribas-Mateos, N. (2012). De la sorpresa a la incertidumbre: abriendo etapas en el estudio de la temática sobre género y migración en el contexto español. *Papers. Revista de Sociología*, 97, 3, 511-520.
- Pécud, Antoine. 2017. “Politización / Despolitización de las Migraciones: Discursos y Prácticas de la Organización Internacional para las Migraciones”. *Relaciones Internacionales* 36: 177-196.
- Spivak, G. C. (1990). *The Post-colonial critic: Interviews, Strategies, Dialogues*. Routledge. United Nations Department of Economic and Social Affairs, Population Division (2020).
- International Migration 2020 Highlights (ST/ESA/SER.A/452).
- Venturas, Lina. 2014. *International “Migration Management” in the early cold war*. Cortinth: University Peloponnese